



## GOVERNANÇA DA ÁGUA: ASPECTOS TEÓRICOS E UMA BREVE VISÃO DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO OESTE CATARINENSE\*

RODRIGO FORTUNATO DE OLIVEIRA<sup>1,2\*</sup>, JULIA CAROLINA LOCATELLI MAJESKI<sup>3,2</sup>, MOACIR FRANCISCO DEIMLING<sup>4,2</sup>, VERA LÚCIA FORTES ZENI<sup>5</sup>, LARISSA DE LIMA TRINDADE<sup>6,2</sup>

### 1 Introdução

A Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433/97, oportunizou a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs). Estes grupos, formados por membros da sociedade civil organizada, poder público e usuários de água são os responsáveis por aprovar e acompanhar a elaboração do plano de recursos hídricos da bacia - que reúne informações sobre as estratégias de gestão da água em cada bacia, também cabe a estes arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos pelo uso da água e estabelecer mecanismos e sugerir os valores de cobrança pelo uso da água. Estes órgãos, em conjunto com os demais agentes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) respondem pelas decisões que irão impactar diretamente a governança da água.

Segundo Ribeiro (2009), a governança é um processo que objetiva reunir pessoas para discutir um tema complexo de gestão, como é o caso da água, onde todos os atores envolvidos estão presentes e representados. Sendo assim, é possível entender que a governança da água se baseia em um modelo não hierárquico, que promove o envolvimento de diversos *stakeholders*. No Brasil, os CBHS são os espaços destinados ao exercício da governança (RIBEIRO, 2009).

### 2 Objetivos

Este estudo teve como objetivo principal discutir aspectos teóricos que permeiam a temática de governança da água e analisar as percepções dos membros do CBHs do Oeste Catarinense acerca

1 Discente do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, *campus* Chapecó, contato: rodrigofortunato144@gmail.com

2 Grupo de Pesquisa Gestão de Operações e Sustentabilidade (GOS)

3 Discente do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, UFFS, *campus* Chapecó

44 Professor Doutor do Curso de Administração, UFFS, *campus* Chapecó, Colaborador.

5 Professora Doutora da Universidade do Estado de Santa Catarina, Colaboradora.

6 Professora Doutora do curso de Administração, UFFS, *campus* Chapecó, **Orientadora.**

7 Governança Pública da Água: Uma análise comparativa da gestão integrada de recursos hídricos no Oeste e no Planalto Catarinense



da mesma.

### 3 Metodologia

Para se analisar a governança da água, a partir da percepção dos membros dos CBHs do Oeste Catarinense (CBH do Rio das Antas, CBH do Rio do Peixe, CBH do Rio Jacutinga e CBH dos Rios Chapecó e Irani<sup>6</sup>) uma pesquisa de caráter quanti qualitativo foi realizada com os membros destes grupos. Um questionário contendo 39 questões adaptado dos modelos de análise da governança proposto por Camargos (2008) e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2011) foi aplicado com os membros de cada CBH. A análise dos resultados se deu por meio de estatística descritiva e visou extrair informações referentes a percepção dos membros acerca das: estruturas jurídicas e regulatórias da gestão de recursos hídricos, as ações do Estado como gerenciador do bem coletivo, mecanismos de interação com os interessados e aos papéis e atribuições dos conselhos.

Para discutir os aspectos teóricos que envolvem a governança da água uma revisão integrativa foi realizada, baseada na visão cronológica e aplicada por Trindade e Scheibe (2019). Para a criação das categorias de análise dos artigos foi utilizado o Software Atlas.Ti.

### 4 Resultados e Discussão

A partir da revisão integrativa, observou-se que duas temáticas (Categorias) predominaram na literatura acerca da governança da água no Brasil e os CBHs, são elas: i) a Articulação Institucional, ou seja muitos estudos discutem os aspectos que se fazem necessário para uma correta articulação institucional, e os impactos de sua ausência na gestão integrada de recursos hídricos; e ii) as Fragilidades no processo de governança - especialmente a partir dos órgãos gestores, em especial as vulnerabilidades que os CBHs enfrentam no Brasil, limitações estas que envolvem desde aspectos estruturais quanto o de legitimidade diante do SINGREH.

Também se observa que temas como participação social, conflito de água e elementos de governança são recorrentes na literatura, denotando-se uma relação entre estes temas, haja vista que a governança é um processo que envolve a sociedade e esta é a responsável pelos conflitos relacionados aos recursos hídricos.

No tocante a análise da percepção dos membros dos CBHs do Oeste Catarinense, 57 questionários retornaram de um total de 163 enviados. Os resultados revelam que o tempo médio de participação dos membros no comitê é de 5 anos, ou seja, pode-se afirmar que a maioria dos

<sup>6</sup> A coleta junto a este CBH foi realizada por Trindade e Scheibe (2019) e sendo utilizada aqui para fins comparativo e de complementação dos dados.



entrevistados já atuam há pela menos duas gestões nestes Comitês. No entanto, apenas 60% dos membros avaliaram sua participação social nestes grupos como satisfatória, fato que reforça os dados encontrados em Trindade e Scheibe (2009) e discutidos nas Fragilidades apresentadas pela revisão de literatura.

A participação dos membros tem se apresentado como um desafio na gestão das águas, especialmente porque estas pessoas trabalham de forma voluntária e muitas vezes são designadas para assumir estes assentos nos CBHs por exigência das instituições que representam. Foi neste sentido, que 63% dos membros dos comitês alegaram estar no comitê apenas por exigência da entidade que representam. Apenas um grupo pequeno de 32% dos respondentes participa estritamente por motivação pessoal.

Em relação a satisfação dos membros com as ações de caráter consultivo do comitê, 77% dos membros afirmaram estar satisfeitos, no entanto para 5% dos membros as ações de caráter deliberativo são insatisfatórias, sendo que os outros 18% responderam de forma neutra, ou seja não consideram nem satisfatória nem insatisfatória. Segundo a maioria dos membros dos CBHs do Oeste a atuação deste órgão é voltada especialmente para ações de educação ambiental e articulação institucional.

Quando os membros foram questionados se a Lei relativa aos recursos hídricos no Brasil é clara, para mais das metade dos respondentes (53,5%) ela é clara, no entanto para um grupo pequeno ainda restam dúvidas contato a legislação, demonstrando que ainda existem lacunas de informação por parte do membros a respeito da Legislação que norteia os recursos hídricos no Brasil conforme destaca a OCDE (2011).

Em relação à opinião dos entrevistados quanto a uma definição correta das obrigações e responsabilidades do órgão gestor de recursos hídricos, observou-se que a moda das respostas foi o conceito 4 (neutralidade), ou seja, talvez não há certeza quanto as responsabilidades e obrigações de cada ente do SINGREH para os membros, por isso a preferência pela neutralidade.

Em relação ao processo de outorga e a transparência das informações relativas as decisões de recursos hídricos, observa-se que a resposta mais frequente, representando 25% dos entrevistados, é o conceito 3 (discordo), denotando que existe uma lacuna de transparência quanto as decisões, na percepção da maioria dos membros.

Já quando questionados se o Estado é transparente na prestação de informações para os *stakeholders*, observa-se que novamente que os membros dos CBHs apontam para uma posição de neutralidade, comportamento este que pode revelar dois aspectos. O primeiro é em relação ao Estado não ser transparente, haja vista que a água é um bem público e o acesso a informação



deveria ser mais fácil, e a segunda é em relação a tendência de neutralidade dos membros que pode ser fruto de desconhecimento, que neste caso evitam discordar ou concordar da afirmação. Um ponto positivo observado a partir da análise dos dados revela que os membros dos comitês concordam que os CBHs tem influência na política de gestão de recursos hídricos e são agentes importantes no processo de gestão.

## 5 Conclusão

A revisão teórica aplicada neste estudo revelou que a governança da água tem sido um tema bastante debatido e os CBHs são órgãos importantes para o seu debate. Denota-se que a literatura nos últimos anos tem abordado alguns temas principais como: a articulação institucional, as fragilidades dos grupos de bacias e a participação da sociedade na gestão descentralizada das águas.

Ressalta-se que, hoje, integrar a sociedade e os poderes públicos é um grande desafio no ponto de vista da governança. Em relação a percepção dos membros do CBHs do Oeste Catarinense observou-se que existem lacunas a serem superadas, entre elas destacam-se: a melhoria no processo de transparência das decisões e empoderamento dos CBHs como importantes agentes do SINGREH.

## Referências

CAMARGOS, L de M. M. **Governança dos recursos hídricos**: um estudo das percepções dos stakeholders sobre a gestão das águas no Estado de Minas Gerais. 2008. 127 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Mineira de Educação e Cultura, Belo Horizonte, 2008.

RIBEIRO, W. C. Impasses da governança da água no Brasil. In. RIBEIRO, W. C. (org). **Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar**. São Paulo, Annablume; FAPESP; CNPQ, 2009

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Water Governance in OECD Countries: A Multi-Level Approach**, Paris: OECD Publishing, Paris, 2011. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1787/9789264119284-en>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

TRINDADE, L de L.; SCHEIBE, L. F.. Water Management: constraints to and contributions of brazilian watershed management committees. **Ambiente & Sociedade**, {s.l.}, v. 22, p. 1-20, 2019. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20160267r2vu201912ao>. Acesso em 6 mai 2020.

**Palavras-chave:** Gestão de Águas; Grupos de Bacias Hidrográficas; Oeste de Santa Catarina.

**Financiamento** Edital nº 459/UFFS/GR/2019